

A IMPORTÂNCIA DE SE CHAMAR
FERREIRA DE CASTRO...
A REPRESSÃO NO ESTADO NOVO, O ESCRITOR
E A OPOSIÇÃO DOS “INTELECTUAIS”*

THE IMPORTANCE OF BEING FERREIRA DE CASTRO...
POLITICAL REPRESSION AND THE OPPOSITION
OF “INTELLECTUALS” UNDER THE “ESTADO NOVO”

Luís Reis Torgal

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Universidade de Coimbra

RESUMO

O “Estado Novo”, vulgarmente chamado “fascismo à portuguesa”, sistema corporativo com ideologia única e com “partido único”, teve a sua polícia política que foi tratando os diversos casos em função da ideologia de cada um, do estrato social a que pertencia ou da sua importância pessoal. Os “intelectuais”, na sua grande maioria, exerceram desde sempre uma acção de oposição em defesa da liberdade, tendo sido, porém, objecto de repressão diferente, por exemplo, conforme eram simplesmente liberais ou comunistas, de acordo com as críticas que faziam ao regime ou a sua importância literária. Ferreira de Castro era um escritor consagrado nacional e internacionalmente. Assim, olhando o seu processo, verifica-se que, apesar de ter participado em quase todas as acções pacíficas contra o Estado Novo (que iam sendo descritas e vigiadas pela polícia), não foi vítima de

* Este texto que dedico ao meu amigo, colega e antigo aluno Carlos Reis foi escrito para uma comunicação informal apresentada em Ossela nos VII Encontros Ferreira de Castro, realizados em 10-11 Maio de 2019. Este texto não obedece ao AO90, ao abrigo do Código dos Direitos de Autor.

uma repressão demasiado violenta, como a prisão, a tortura ou a perda de direitos políticos.

Palavras-chave: Estado Novo, fascismo, intelectuais, Ferreira de Castro, polícia política

ABSTRACT

The “New State”, commonly called “Portuguese Fascism”, a corporative system with a unique ideology and “one party” system, deployed its political police that dealt with a variety of cases according to each person’s ideology, their social status or individual importance. The “intellectuals”, for the most part, exerted from the beginning opposition in defense of freedom, having been, however, subjected to a different repression, i.e. depending on whether these intellectuals were simply liberals or communists, according to their overt criticism against the regime or their literary importance. Ferreira de Castro was a nationally and internationally consecrated writer. As such, by examining his case, it becomes obvious that despite his participation in almost all the pacific actions directed against the New State (that were described and surveilled by the police), he was not victim of excessively violent repression, such as prison, torture or a loss of political rights.

Keywords: New State, Fascism, intellectuals, Ferreira de Castro, political police

A REPRESSÃO SELECIONADA E GRADUADA

O título pode ser elucidativo, na sua afirmação e na sua ironia, mas obviamente não é original, porque inspirado em Oscar Wilde¹ e tam-

1 *The Importance of Being Earnest. A Trivial Comedy for Serious People* (c. 1895).

bém porque uma autora já nele se baseou para designar uma sua tese de doutoramento, recentemente publicada.²

Empregamos esta expressão para justificar as nossas reflexões sobre José Maria Ferreira de Castro ou, tão-somente (nome sobejamente conhecido), Ferreira de Castro (Ossela – Oliveira de Azeméis, 24 de Maio de 1898 – Porto, 29 de Junho de 1974), porque entendemos que, apesar da sua posição sempre assumida de intelectual da oposição, devido ao seu prestígio de grande escritor nunca foi particularmente incomodado pela PVDE/PIDE/DGS³ durante o Estado Novo e a sua “renovação na continuidade”, de Marcello Caetano, em versão cosmética apelidada de “Estado Social”.

Indubitavelmente nunca o Estado Novo, apesar do esforço de António Ferro à frente do SPN/SNI, e dos seus continuadores,

2 Adelaide Maria Muralha Vieira Machado, *A importância de se chamar Português: José Liberato Freire de Carvalho na direcção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. Carviçais: Lema d’Origem, 2019.

3 A Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE) foi criada em 1933, tendo sido primeiro estudada por Maria da Conceição Ribeiro, numa tese de mestrado depois publicada (*A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*. Lisboa: Estampa, 1995). No final da guerra, na primeira cosmética do salazarismo, passou a designar-se por Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e no marcelismo teve a segunda cosmética, passando a chamar-se Direcção Geral de Segurança (DGS). Além de alguns estudos especializados sobre o tema (entre eles o da nossa autoria, publicado recentemente, sobre o processo de Luís de Sttau Monteiro: “*Felizmente há luar!*”, Luís de Sttau Monteiro, a Censura e a Polícia Política no Estado Novo”, in *Al-‘Uliã*. Revista do Arquivo Municipal de Loulé, n.º 20, Loulé, 2018, pp. 189-208), destaca-se a obra geral sobre PIDE/DGS de Irene Flunser Pimentel, *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2007, e outras obras da mesma autora que se seguiram. Os processos por nós consultados na Torre do Tombo relativos a Ferreira de Castro, que serão a seguir referenciados, não parecem ter sido muito consultados. Encontrámos ali a informação de que teriam sido vistos, pelo menos, por Rui Afonso, um dos biógrafos de Aristides de Sousa Mendes.

mesmo no tempo do SEIT marcelista,⁴ conseguiu atrair “intelectuais” de relevo, sobretudo no campo da literatura. Pesem embora os seus cuidados políticos dos anos 30 aos anos 50, os “prémios literários”, como dissera Aquilino Ribeiro, foram criados para os escritores do regime.⁵ Somente no campo de algumas artes, nomeadamente da arquitectura, pontificaram alguns nomes significativos, não tanto, em muitos casos, pela adesão ao Estado Novo, mas sim pelo facto de o Estado precisar deles para as suas famosas “obras públicas” e eles precisarem de trabalhar nas suas áreas de vocação e formação. No caso do cinema – depois da breve e pouco consistente presença do neo-realismo nos anos 50 – só a partir da década de 60 surgiu o “cinema novo” e esse acabou, até certo ponto, pela tentativa de ser integrado pelo “Estado Social” marcelista, numa política cultural de pretensa modernidade.⁶ Já no campo do teatro tal não sucedeu, sobretudo nos anos 50 a 70. A arte cénica foi uma das armas mais significativas, de forma directa ou indirecta, para a oposição tentar alterar a visão do mundo e da arte. Mesmo os professores universitários foram mudando de área cultural, do Estado

4 Referimo-nos obviamente ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), que por altura do fim da II Grande Guerra, em tempo de pretensa abertura do regime, com a derrota dos “fascismos”, passou a chamar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI). No tempo de Marcello Caetano foi promovido a Secretaria de Estado de Informação e Turismo (SEIT).

5 Ver um texto muito interessante que se encontra no espólio de Aquilino (BN – Espólio de Aquilino Ribeiro, D11, s.r., cx. 116: *Diário Ilustrado*, 28.5.1958) sobre o tema, transcrito na tese de doutoramento de Renato Nunes, *Aquilino Ribeiro. Percursos de um escritor, em tempo de ditadura*. Lisboa: Universidade Aberta, 2019, p. 234. Aquilino afirmava numa entrevista: “O Estado Novo criou prémios literários para galardoar dentre vários géneros as melhores produções do ano. Foi uma das disposições da chamada política do espírito. Nunca concorri, nem me consta que concorressem autores desenfeudados da Situação”.

6 Ver Luís Reis Torgal (Coord.), *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa, Temas e Debates, 2011 (3.ª edição).

Novo para a Oposição, como comprova a demissão de tantos, nos anos 30, nomeadamente nos anos 40 e em anos sucessivos.⁷

Deve dizer-se, porém, que muitos “intelectuais” foram incomodados de modo menos agressivo. Apesar de a PVDE/PIDE/DGS ter procurado conhecer todos os seus passos, de eles exercerem a autocensura para sobreviverem, de assinarem vários documentos críticos e reivindicativos, de terem estado em manifestações e colóquios de tipo diverso (por vezes no estrangeiro), de apoiarem as listas da oposição nas eleições legislativas e presidenciais, neste caso só até 1958, e de terem estado em sessões com elas relacionadas, o certo é que viveram – como disse Paulo Silva relativamente a Fernando Namora – “entre os dedos” da polícia política.⁸ Não sucedeu assim com os intelectuais manifestamente comunistas (como, no caso dos escritores, os neo-realistas Alves Redol ou Manuel da Fonseca), mas sim com “independentes dos partidos”, como aconteceu com Ferreira de Castro. Nalguns casos foram vítimas de processos que se pretendiam exemplares – assim sucedeu com o processo militar de Sttau Monteiro,⁹ preso vários meses, ou com o processo-crime de Aquilino¹⁰ – mas noutros casos permaneceram como, no dizer tal-

7 Recorde-se a demissão de apenas quatro professores em 1935 e mais de 20 em 1946-1947. Ver Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: MinervaCoimbra, 1999, e Cristina Sizifredo e Fernando Rosas, *A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa: Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo / Fundação Pulido Valente / Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL / Fundação Mário Soares / Movimento Cívico Não Apaguem a Memória!, 2011.

8 Paulo Marques da Silva, *Fernando Namora entre os dedos da PIDE*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2009.

9 Ver Luís Reis Torgal, artigo citado sobre Sttau Monteiro (*supra*, nota 3).

10 Ver Renato Nunes, *ob. cit.*, p. 250 ss..

vez demasiado superlativo de Irene Flunser Pimentel e de Fernando Rosas, “intocáveis”.¹¹

“Intocáveis” não significava, porém, que na verdade o fossem ou não sentissem na mente a falta de liberdade, que foi mesmo assumida como regra pelo Estado Novo, por razões diversas, estruturais e conjunturais, ao longo do seu extenso consulado. Mas, por motivos diferentes, de ordem política nacional e internacional e fundamentalmente pelo “bom nome” e o crédito que possuíam, não foram por de mais incomodados, podendo manifestar-se de forma mais ou menos directa sem serem vítimas de uma “repressão excessiva”. Assim sucedeu com Ferreira de Castro.

O “BOM NOME” DE FERREIRA DE CASTRO NO PROCESSO DA POLÍCIA POLÍTICA

As informações dos agentes da PIDE (passamos a utilizar esta designação genérica) sobre Ferreira de Castro são geralmente bastante suaves, embora destacando sempre o seu carácter de oposicionista. O boletim n.º 173.848¹² que se lhe refere diz muito pouco:

É filho de José Eustáquio Ferreira de Castro e de Maria Rosa Soares de Castro, nasceu em Ossela, em 24 de Maio de 1898, e residia na Rua Rodrigues Sampaio, 164-4.º em Lisboa.

Uma informação de um agente, de 16 de Outubro de 1954, afirmava:

Tem bom porte moral e, politicamente, é desafecto à actual situação, sabendo-se ter assinado as listas do MUD em 1945.

11 Irene Flunser Pimentel, *História da PIDE cit.*, p. 528, e Fernando Rosas (coord.), *Tribunais Políticos: Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa: Temas e Debates, 2007, p. 109.

12 ANTT, Arquivo da PIDE, Serviços Centrais, Boletim n.º 173.848.

Outra informação datada de Lisboa, em 5 de Setembro de 1962, de um chefe de brigada da PIDE de assinatura ilegível, limitava-se a afirmar:

Moralmente nada consta em seu desabono. É desafecto ao regime. Já fez referências depreciantes para o País na imprensa estrangeira e no estrangeiro e apoiou em manifesto as reivindicações académicas durante os últimos acontecimentos.

As respostas aos pedidos de informação dos anos 50 e 60 dirigidos ao Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis são ainda menos expressivas, pois a edilidade afirmava apenas, torneando a questão, que Ferreira de Castro desde criança não vivia no concelho.

Não há mesmo praticamente nenhuma informação de que o escritor tenha sido incomodado significativamente pela polícia política. Há uma contra-fé para se apresentar na sede da PIDE em Lisboa no dia 1 de Agosto de 1962, pelas 15 horas e 45, mas logo a seguir vem uma justificação para a sua falta a essa audiência, afirmando-se que não comparecera por estar nas termas de Melgaço, no Hotel do Peso.¹³

Isso não significa – como se disse – que o autor de *A Selva* não fosse constantemente seguido. É analisada a sua correspondência, são conhecidos os seus movimentos no país e no estrangeiro, verificados os documentos que assinou e tudo o mais que lhe dizia respeito. Mas mesmo assim não se pode afirmar que os informadores dissessem muito, como sucede com os dados fornecidos por aqueles que se apresentam com os nomes de “Brasil” ou “Maya”, “Elmano”, “Victor” ou “Jacinto”. Se compararmos essas informações com as de

13 ANTT, PIDE, SC, CR 1242 (pasta 2), NT 2344, fls. 49-50.

“Inácio”, que actuava em toda a região e Coimbra,¹⁴ então poderemos dizer que eram mesmo muito pouco significativas e acusatórias. É verdade que o seu correio era vigiado, nomeadamente aquele que seguia para Guimarães e C.^a, a sua editora, situada na rua da Misericórdia em Lisboa, que foi mesmo objecto de uma análise pelo “Gabinete de Estudos” da PIDE,¹⁵ mas nada se diz especialmente sobre a sua correspondência, com excepção daquela que continha algo vindo dos países de leste, como da Checoslováquia ou da URSS, ou que continha material do PCP. O que é importante no seu caso é conhecermos as posições políticas e culturais que foi assumindo, com outros “intelectuais”, as homenagens que lhe foram prestadas ou em que participou relativamente a outras personalidades, as viagens que foi realizando e até as instituições que foram sendo criadas pela sua iniciativa ou por iniciativa de outros em sua honra.

Por exemplo, não se deixa de referir que participou em homenagens de personalidades desafectas ao regime. Assim sucedeu em 22 de Abril de 1947, com Abel Salazar, um dos quatro professores universitários demitidos em 1935, não esquecendo de citar os nomes de todos os presentes, alguns que aceitaram o regime e outros que se lhe opuseram (Abade de Baçal, António Luís Gomes, Duarte Leite, Egas Moniz, Diogo de Macedo, João de Barros, entre muitos outros), ou em 17 de Agosto de 1952 a António Luís Gomes, em que estiveram presentes, por exemplo, Norton de Matos ou o professor Lúcio de Almeida, da Universidade de Coimbra. E outras homenagens são referidas ainda nos processos da PIDE em que Ferreira de Castro estivera presente, como as que foram prestadas a Manuel João da Palma Carlos, a Fernando Namora ou a Mário Sacramento.

14 Ver Paulo Marques da Silva, *Os informadores da PIDE. O caso de Inácio*. Coimbra: Palimage, 2019.

15 SC, SR 1242 (Pasta 1), NT 2344, fls. 160 ss..

Mas a PIDE vai-se informando, sobretudo, das múltiplas e variadas homenagens que foram prestadas ao próprio escritor, tendo como referência algumas circunstâncias especiais de ordem cronológica.

Assim, em 1955 recordavam-se os 25 anos da publicação do seu romance mais famoso, *A Selva* (1930);¹⁶ em 1960 a PIDE organizava toda uma pasta de informações acerca do colóquio que se realizara no Porto sobre a sua obra;¹⁷ em 1966 prestava-se uma grande homenagem ao escritor pelos 50 anos da vida literária (publicara no Brasil, em 1916, o seu primeiro livro de juventude *Criminoso por Ambição*), juntando-se numa pasta do seu processo o catálogo da exposição realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes e diversas fotografias de grupos e com o seu busto;¹⁸ em 1970 a Fundação Calouste Gulbenkian concedia a Ferreira de Castro o prémio da Latinidade; e em 1973 eram celebrados os seus 75 anos de vida (recorde-se que nascera em 24 de Maio de 1898). Entretanto, vão-se referindo as múltiplas homenagens que eram prestadas nos mais variados locais: na Associação Desportiva da fábrica EFACEC (empresa fabril de máquinas eléctricas), na *Gazeta de Cantanhede*, em Oliveira de Azeméis, Viana do Castelo ou em Santarém (Círculo Cultural Scalabitano), em Ponte da Barca ou na Cova da Piedade, nos Açores, na Casa das Beiras ou nos Rotários de Aveiro e da Covilhã, em instituições culturais do Brasil, como a Academia Brasileira das Letras, mesmo na Academia de Belas Artes de França... O próprio Jorge Amado, que antes defendera que Ferreira de Castro deveria ser candidato a prémio Nobel,¹⁹ na sua viagem a Portugal, em 1973, visitou Ossela, a terra-natal do

16 SC, SR 1242 (Pasta 2), NT 2344.

17 SC, SR 1242 (Pasta 3), NT 2344.

18 CI (2) 4408, NT 7354.

19 CI (2) 4408, NT 7354. Artigo de *O Século*, 22.3.1966.

escritor.²⁰ De resto, o autor brasileiro manteve relações de grande estima com Ferreira de Castro, que foi um dos escritores que o recebeu no aeroporto de Lisboa em 1953, aquando da sua passagem em direcção ao Rio de Janeiro. Estava nessa altura impedido de entrar em Portugal, só sendo autorizado em 1966, quando já se afastara do Partido Comunista. Ferreira de Castro prefaciou a edição portuguesa de *Gabriela Cravo e Canela*.²¹

Claro que as informações visavam especialmente saber quem as promovia ou quem estava presente, sobretudo se se tratava de opositoristas e também de situacionistas. Por exemplo, no que diz respeito aos Açores, o chefe da delegação da PIDE de Ponta Delgada informava com precisão que o capitão Ernesto Augusto de Melo Antunes pusera para ser subscrito, na livraria “Quiosque”, situada na rua Valverde, e no “*Bureau* de Turismo Terra Nostra”, no largo da Matriz, um telegrama de felicitações a Ferreira de Castro pela celebração dos 50 anos da vida literária, que até fora assinado por Manuel Soares Ferreira, coronel de Infantaria e comandante distrital da Legião Portuguesa.²²

Neste contexto, surgem, obviamente, referências diversas à sua obra e à questão da candidatura de Ferreira de Castro a prémio Nobel da Literatura. Além de se destacar a repercussão de *A Selva* (1930), fala-se sobretudo de *Eternidade* (1933), de *A Lã e a Neve* (1947) e de *A Missão* (1954) e das suas traduções para francês, polaco, eslovaco ou russo. E surge mesmo a referência a um livro que Ferreira de Castro tinha a intenção de publicar sobre Rondon, pacificador dos índios no Brasil, obra que veio a sair em 1968 com o título *O Instinto Supremo*.

20 Delegação do Porto, SR 13120, NT 3661, notícia do *Comércio do Porto*, de 7.7.1973.

21 *Gabriela Cravo e Canela*. Lisboa: Europa-América, 1960.

22 CI (2) 4408, NT 7354, fl. 239.

No que respeita ao Nobel, em que surgiram também como candidatos Aquilino Ribeiro e Miguel Torga, a PIDE colhia informações sobre todos os dados que encontrava, por exemplo no contexto do referido colóquio do Coliseu do Porto, em Fevereiro de 1960, sobre a obra do escritor, dedicando-lhe – como se disse – uma vasta pasta de documentos.²³ O subdirector da PIDE no Porto narrava vários acontecimentos ao director de Lisboa, desde a entidade que o promovera (a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto), a autorização da sua realização por parte do Governo Civil e da própria PIDE, ao hotel onde Ferreira de Castro ficara instalado (o Hotel Batalha), às individualidades presentes (por exemplo, Papiniano Carlos, António Macedo, Carlos Porto, Ilse Losa ou Victor de Sá) e até aos telegramas que foram enviados, em certos casos por personalidades do regime, como Mário de Figueiredo, ou telefonemas que foram feitos para o escritor, como o de Hernâni Cidade. Foi também anotado, em tom de crítica, que os jornais não faziam a mínima referência ao facto de estar presente no encontro um “elemento oficial”, que participou “no jantar de homenagem àquele escritor”. Tentava mostrar-se, assim, a falta de isenção política do acontecimento que deveria ter apenas, como se afirmara originariamente, uma “natureza estritamente cultural”. E é nesse âmbito que se destaca a posição de Ferreira de Castro relativamente ao seu concurso ao prémio Nobel. Tanto no jantar que se realizou como no próprio colóquio, Ferreira de Castro teria defendido a candidatura de Aquilino Ribeiro, destacando sobretudo que se tratava de “um grande escritor” e porque acabava de ser “vítima de uma tremenda iniquidade”. Referia-se ao processo originado pelo seu livro *Quando os Lobos Uivam* (1958).

23 Pasta citada: SC, SR 1242 (Pasta 3), NT 2344.

Como se vê, o que ressalta – apesar da intenção da polícia de descobrir as afirmações, claras ou veladas, da oposição, nos diversos momentos – é o acontecimento cultural que constituía Ferreira de Castro. Raramente se tentam descobrir críticas literárias ao escritor, como sucede quando se refere a crítica de Adolfo Casais Monteiro, demitido e preso pelo Estado Novo e exilado no Brasil, na revista paulista *Anhembi*, a propósito do livro *A Missão*.²⁴ São referidas as suas várias viagens a Paris e a viagem ao Brasil, destacando-se ali as manifestações de homenagem, algumas que acabaram por ter um carácter político. Não se esquece, por isso, a viagem realizada em 1959 em que, como relatava o oficial *Diário da Manhã*, no navio Vera Cruz chegara a haver altercações entre a embaixada de intelectuais em que se encontrava Ferreira de Castro e apoiantes de Salazar.

Finalmente, poderiam citar-se as referidas acções culturais que realizara Ferreira de Castro e mesmo aquelas que o nome dele inspirara: desde a oferta do seu espólio a Sintra até à organização em que participara da formação de uma sociedade de escritores que fosse independente, passando pela criação em Oliveira de Azeméis de uma biblioteca com o seu nome à oferta à comunidade da casa em que nascera em Ossela. Tudo isto surge circunstanciado nos processos da PIDE.

Assim, colhem-se várias informações em 1973 sobre a doação do seu espólio à Câmara Municipal de Sintra e à sua instalação em lugar

24 SC, SR 1242 (Pasta 1), NT 2344, fl. 16. Nunca é citado – pelo menos não encontrámos a sua referência nos diversos processos da PIDE – um texto panfletário publicado pela editora Livraria Renascença, de um tal Joaquim Cardoso, *Ferreira de Castro desmascarado: a verdade acerca do romance «Emigrantes»*, Lisboa: Renascença, 1953 (Biblioteca Nacional de Portugal, L. 896689P) ou outro posterior, publicado durante o ano da grande homenagem que lhe foi prestada: *Ferreira de Castro «moralista»*, Lisboa, Renascença, 1966 (BNP, H.G. 32294 P).

próprio; informações relativas à inauguração da Biblioteca Pública Ferreira de Castro em Oliveira de Azeméis em 1952, vendo-se no *Diário de Lisboa*, do dia 2 de Fevereiro de 1953, a afirmação honrosa: “A Biblioteca Ferreira de Castro é um centro de cultura que outras vilas deveriam imitar”;²⁵ e a notícia de 27 de Março de 1965 de que a “Casita de Salgueiros” em Ossela fora doada pela Madame Marguerit Emerat Gomes Barbosa, radicada no Rio de Janeiro e viúva do comendador Artur José Gomes Barbosa, recentemente falecido, com um grande quintal conhecido por Quinta do Janardo.²⁶

Mas a notícia mais completa e várias vezes referida nos arquivos da PIDE é, naturalmente, a da formação de uma sociedade de escritores independente. Começa com uma circular, datada de 6 de Maio de 1954, assinada por Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro, para a realização de uma reunião na Casa do Alentejo e de uma notícia a respeito do tema no *Comércio do Porto*, do dia seguinte.²⁷ Fala da aprovação dos Estatutos, numa notícia recortada do *Diário de Lisboa* de 11 de Junho de 1956.²⁸ Refere-se que Ferreira de Castro fora seu presidente em Janeiro de 1962, mas que poucos meses depois havia pedido o seu afastamento temporário.²⁹ Em Abril de 1965 era considerado “sócio benemérito” da dita sociedade.³⁰ Recorde-se que nesse mesmo ano era assaltada por membros ligados ao regime e, por certo, à PIDE, e encerrada, por ter sido concedido a Luandino Vieira o prémio de literatura pelo seu romance *Luuanda*.

25 SC, SR 1242 (Pasta 1), NT 2344, fl. 195.

26 *Idem*, fl. 310.

27 *Idem*, fl. 59.

28 *Idem*, pasta 2.

29 *Idem*, *Diário de Lisboa*, 30.1.1962 e *Diário de Notícias*, 1.4.1962.

30 CI (2), 4408, NT 7354.

Portanto, Ferreira de Castro era considerada uma personalidade de relevo da cultura portuguesa e poucas vezes o seu nome foi maculado pela repressão.

FERREIRA DE CASTRO E OS INTELECTUAIS DA OPOSIÇÃO

Sobretudo depois dos anos 40, fundamentalmente depois do fim da II Guerra Mundial, inicia-se um novo e mais expressivo processo de oposição ao Estado Novo. Como se disse, a grande maioria dos intelectuais adere a esse movimento. Por isso não se pode pensar, de modo algum, conforme já tivemos ocasião de notar para outros casos, mesmo para o caso de professores, que escritores como Ferreira de Castro não estivessem activos, subscrevendo muitos documentos e participando em movimentos considerados pela rede de repressão como subversivos. Ao longo dos seus processos da PIDE encontramos muitos casos, alguns que estão devidamente datados.

Logo nos anos 30, numa informação sem data, diz-se que se pretendia criar uma frente única em Paris com “liberais democratas”, entre eles Jaime Cortesão, e um representante do Komintern, com o objectivo de organizar em Portugal uma revolução. Dessa frente fazia parte o “jornalista Ferreira de Castro”.³¹

O Movimento de Unidade Democrática (MUD) desperta em Outubro de 1945 e Ferreira de Castro encontra-se nele envolvido desde a primeira hora, sendo citado no processo que a PIDE inicia, em Dezembro de 1946, aos membros da Comissão Central do movimento.³² Por essa mesma altura, um documento – que será intitulado pelos jornais, como *O Primeiro de Janeiro*, “Os intelec-

31 SC, SR 1242 (Pasta 1), NT 2344, fls 305-311.

32 Ver sobre o tema do processo do MUD, Mário Matos e Lemos, 1945 – *Estado Novo e Oposição. O Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*. Coimbra: Palimage, 2018.

tuais portugueses protestam”, entregue ao Presidente da República em 26 de Novembro de 1946 – reclama pela liberdade de expressão. Curiosamente chega a invocar o protesto de Salazar “A minha resposta” (de réplica à acusação de que participara no movimento monárquico de 1919), para provar a importância desse direito por ele também reclamado. Esse documento é também assinado por Ferreira de Castro.³³

Os movimentos para a Paz são referidos desde essa mesma altura, prolongando-se pelos anos seguintes. Ferreira de Castro fazia parte de um proclamado Comité Nacional de Defesa da Paz, com Egas Moniz, Vieira de Almeida, Pulido Valente, Fernando da Fonseca, Dias Amado, Isabel Aboim Inglês, Teixeira de Pascoaes, Virgínia de Moura, Maria Lamas e muitos outros. Entretanto, *O Primeiro de Janeiro* de 5 de Dezembro de 1946 dava conta de uma reunião política, realizada na Voz do Operário, em que estiveram presentes Norton de Matos, Ruy Luís Gomes, Mário de Azevedo Gomes, Lobo Vilela, Fernando da Fonseca, Tito de Moraes, Lopes Graça, Ramos da Costa e, entre outros, Ferreira de Castro.³⁴

Estávamos, pois, nos anos de esperança na liberdade e na transição para a democracia logo desmentida nessa década de 40 e nos anos 50, altura em que se desenvolve um novo movimento anticomunista e começam as primeiras escaramuças nas possessões portuguesas da Índia. Ferreira de Castro e outros intelectuais tomam posição relativamente a atitudes de alguns goeses, sobretudo estudantes, no sentido de se encontrar uma solução pacífica.³⁵

Vêmo-lo também a participar nas mais variadas comemorações caracteristicamente republicanas e liberais, nomeadamente

33 *Idem*, fls. 285-287.

34 Delegação do Porto, SR 13120, NT 3661.

35 SC, SR 1242 (Pasta 2), NT 2344, fl. 314.

em Aveiro, capital do seu distrito, como sejam o 31 de Janeiro de 1891 e o 18 de Maio de 1828, data em que o miguelismo executou ali muitos defensores do liberalismo por altura da aclamação do “rei absoluto”. Igualmente, como era de esperar, deu o seu apoio aos congressos republicanos ali realizados em 1958 e em 1969. Ou esteve nas Comissões Pró-Recenceamento, inscrição essa considerada fundamental para a realização de eleições transparentes. Ou apoiou os estudantes na crise de 1962.

Assinou igualmente vários documentos a solicitar ao Presidente da República a amnistia para os presos políticos: amnistia para situações pessoais, como ocorreu no caso de Ruy Luís Gomes, demitido da Universidade do Porto, ou no caso da defesa da liberdade de expressão devido à prisão de Sttau Monteiro, e amnistia geral. Inclusivamente tomou posição contra a prisão em 1964 da militante comunista Maria da Piedade Gomes dos Santos.³⁶

Podíamos ainda prolongar os exemplos. A PIDE estava atenta aos movimentos de Ferreira de Castro, embora o regime de Salazar e de Caetano manifestassem – como se disse – consideração pelo escritor, que gozava de fama mundial. Haja em vista que o *Nouvel Observateur* de 28 de Dezembro de 1966 considerava, num artigo de J. Barre, o autor de *A Selva* (em tradução francesa, *Forêt Vierge*) “o melhor escritor português vivo”, não deixando de afirmar que a PIDE impusera aos jornais por essa altura – os 50 anos da sua vida literária – a maior limitação quando a ele se referia: “a síntese no estilo e exiguidade de caracteres e no espaço”. E falava também das dificuldades de os dramaturgos apresentarem as suas peças de teatro, como sucedera a Sttau Monteiro, que fora então preso devido à publicação do

36 Idem, fl. 17, citando *A Tribuna*, de 5.7.1964.

livro *Peças em um Acto*³⁷, de acrizes como Maria Barroso poderem desempenhar a sua arte, como sucedera na peça *A Voz Humana* de Jean Cocteau, ou com os processos contra escritores como Natália Correia e David Mourão Ferreira.³⁸

AS POSIÇÕES POLÍTICAS EXPRESSAS PELO “INTELECTUAL” FERREIRA DE CASTRO

Finalizemos com as posições que Ferreira de Castro expressou a título pessoal em momentos importantes da vida portuguesa. Um deles foi, evidentemente, em 1958, por altura da campanha de Humberto Delgado e do seu amigo Arlindo Vicente, com o qual se encontrava regularmente na Pastelaria Veneza, na avenida da Liberdade, em Lisboa. Por essa altura – antes de partir para Itália, onde deve ter permanecido durante a campanha eleitoral³⁹ – deu uma entrevista ao jornal *República*,⁴⁰ que foi transcrita pela revista *Cuadernos* para a América Latina. Mas, curiosamente, a entrevista surge no processo da PIDE de Ferreira de Castro através da sua tradução do francês, que havia sido publicada no n.º 92 da revista *Preuves*, de Outubro

37 Ver o nosso artigo citado.

38 SP, SPS 618, NT 4291, fls 186-187.

39 *República*, 14 de Maio de 1958, p. 1. O jornal anunciava que Ferreira de Castro, antes de partir para Itália, dera uma entrevista que em breve seria ali publicada. É significativa a frontalidade das posições do escritor contra o Estado Novo, mas parece verificar-se (simples hipótese) que não queria apoiar nenhum candidato, especialmente por ser amigo de Arlindo Vicente, cuja candidatura havia sido lançada sobretudo pela ala comunista na clandestinidade.

40 *República*, 16 de Maio de 1958, “A Inteligência Nacional tem sido ferida, mutilada, quando não escarnecida – diz à «República» o insigne escritor Ferreira de Castro”, pp. 1-2. Como se dirá, preferimos seguir o artigo pela revista *Preuves* que se encontra traduzido no processo da PIDE de Ferreira de Castro. Comparámos, todavia, os dois textos e verificámos que as ideias dos dois são as mesmas, com excepção de um caso ou outro que assinalaremos no devido lugar.

de 1958. Fora mandada traduzir a Marília Subtil, que a assina, pelo “Gabinete de Estudos” da PIDE. Por considerarmos sintomática, é essa tradução para português que seguimos.⁴¹

Logo no início, a resposta de Ferreira de Castro às perguntas básicas do jornalista, é particularmente significativa e sintetizadora da sua posição crítica:

Na sua qualidade de escritor o que pensa da situação em Portugal?

— Penso [...] que desde o início (e isso leva-nos a retrogradar muitos anos) o regime actual foi sempre inimigo da classe intelectual nacional.⁴² Naturalmente que só isso se poderia esperar. Odiar os intelectuais, abafar e persegui-los sem descanso: eis o que sempre tem caracterizado as ditaduras.

E porquê?

— Porque todo o autêntico intelectual tem propensão para o livre exame e para a pesquisa da verdade; não absorve as mentiras oficiais nem tão pouco as propagandas de circunstância. O medo que os intelectuais inspiram às ditaduras é tal que estas chegam a recear os próprios mortos. E é por isso que aqui, em Portugal, entre as primeiras circulares enviadas à imprensa pela censura, encontrava-se uma que interdizia [*sic* — interditoria?]⁴³ a reprodução de certas páginas de Herculano, de Eça de Queiroz, de Ramalho Ortigão e de Guerra Junqueiro; isto é, de alguns dos espíritos mais elevados e dos homens mais ilustres de Portugal, daqueles que sobreviverão a todas as ditaduras e a todos os ditadores.

41 SC, SR 1242 (pasta 2), NT 2344, fls. 247-251.

42 O texto do jornal *República* utiliza a palavra “Inteligência” e não tanto o substantivo pessoal “intelectual”.

43 Na entrevista do jornal *República* encontra-se a palavra “proibia”.

E à pergunta sobre o que é que Ferreira de Castro pensava sobre o “presente”, especificou:

[...] Toda a espécie de entraves têm sido impostos aos intelectuais nacionais: censura, apreensão de livros, demissão de alguns professores da categoria dum Pulido Valente, dum Fernando da Fonseca, ou dum Rodrigues Lapa. Criou-se assim uma atmosfera de opressão sob a qual ninguém sabe o que pode acontecer àquilo que escreve. António Sérgio viu-se impossibilitado de continuar a sua História de Portugal. Aquilino Ribeiro não pôde, durante dez anos, publicar um único dos seus livros, em virtude dum mandato de interdição que os atingia;⁴⁴ mais tarde, foi insultado em plena Assembleia chamada Nacional em virtude de numa das suas obras não ter feito o elogio de certos príncipes, de não sei de que época. O ódio aos intelectuais estende-se até aos católicos. Por exemplo, foi comunicado ao grande poeta José Régio que tinha sido interdita a publicação duma das suas mais belas obras.⁴⁵ Dos nomes gloriosos da classe intelectual portuguesa que sobreviverão a todas estas vicissitudes, apenas citei três; mas poderia facilmente enumerar dezenas e dezenas de outros.

44 No *República* a ideia é aqui sensivelmente diferente. Daí devermos transcrever o que terá dito Ferreira de Castro a propósito de Aquilino: “Aquilino Ribeiro teve um livro proibido durante dez anos e, mais tarde, por outra obra, viu-se insultado na chamada Assembleia Nacional, simplesmente porque não elogiou uns príncipes não sei de que séculos passados”. A “outra obra” a que se refere é a intitulada *Príncipes de Portugal. Suas grandezas e misérias* (1953), que originou na verdade uma grande polémica na Assembleia pelo facto de ter criticado D. João III por ter trazido para Portugal a Inquisição e por ter transferido a Universidade para Coimbra, cujos lentes censurou de forma violenta.

45 Trata-se de *O Jogo da Cabra Cega* (1934) que foi proibido de circular. Ver *Livros proibidos no regime fascista*. Presidência do Conselho de Ministros – Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981, p. 76.

No resto da entrevista, Ferreira de Castro fala da autocensura a que os intelectuais se viam obrigados, das ditaduras como regimes sem futuro, do povo parado trinta anos,⁴⁶ afirmando-se partidário da liberdade e em defesa das eleições livres, às quais se opunha o sistema vigente. Afirmava o seu carácter independente: “Não pertenço a nenhum partido político”. Era um dos motivos que invocava para justificar a não aceitação da proposta que lhe havia sido feita de ser candidato à Presidência da República, que o seu “velho amigo” Arlindo Vicente teria desempenhado (segundo ele) com grande sacrifício. Afirmava-se apenas “comprometido” com a humanidade e muito especialmente com “esta parcela do coração que é o povo português”, povo que nunca tivera muito pão mas que era livre. Num hino final ao significado dos intelectuais terminava a entrevista com estas palavras:

A História, são os intelectuais que a fazem e, desde sempre, os verdadeiros intelectuais detestaram a tirania e a violência; ainda hoje a humanidade se recorda com horror das tiranias desaparecidas há milénios.

Em 1973, por altura de outro período eleitoral, agora para a Assembleia Nacional, afirmava no jornal *República* do dia 25 de Outubro, cujo recorte foi integrado ainda no seu processo da agora DGS:⁴⁷

46 Ferreira de Castro contava esses 30 anos sensivelmente a partir da chamada “Revolução de 28 de Maio de 1926”, ou seja, do início da Ditadura Militar, que serviu de base à cronologia criada pelo próprio Estado Novo.

47 Delegação do Porto, SR 13120, NT 3661.

É realmente bom e útil compreender tudo, até para maior lucidez dos nossos julgamentos. Quem ousará afirmar hoje que a sociedade em que vivemos é justa, uma sociedade em que uns têm tudo e outros não têm nada e aos que não têm nada se retira até a liberdade de discordarem? Um exercício de compreensão e de auto-análise e um pouco de reflexão sobre a evolução humana registada na História, talvez ajudassem os homens que defendem princípios já caducos a entender esta imensa ansiedade de justiça para todos e de direitos iguais para todos, que vibra no ar e se respira hoje no Mundo inteiro, mesmo no ar sombrio das masmorras, onde tantos têm pago e continuam a pagar o seu amor pelos outros.

Como se vê por este texto, Ferreira de Castro pressentia o fim do sistema de Salazar agora transmudado pelo marcelismo, mas já na fase de reacção a qualquer possível “primavera”. E, na verdade, o trabalhador amanuense dos seringais da Amazónia feito escritor em Belém do Pará com apenas 18 anos e depois “intelectual” afamado da nossa sociedade literária e opositor ao Estado Novo, durante dezenas de anos, ainda viu o 25 de Abril, chegando a desfilar no 1.º de Maio, assim como o seu amigo Arlindo Vicente. Faleceria poucos meses depois em 29 de Junho de 1974.

A CONCLUIR

Ferreira de Castro pertenceu, portanto, ao núcleo de “intelectuais” que atacaram o regime, mas que não viram nenhum livro seu censurado e que não foram presos pela PIDE numa das cadeias do país. Por isso pôde cumprir o seu desígnio literário, político e, numa palavra (de acordo com o seu próprio vocabulário), “intelectual”, ou – digamos nós – “cultural” ou “ético-cultural”. Talvez por essa razão havia terminado a sua entrevista de 1958 com estas palavras brandas, assim como foram de luta mas de esperança as proferidas em 1973 que anteriormente transcrevemos:

Falo disto tudo [...] sem que nenhum sentimento mesquinho venha perturbar o meu julgamento. Pelo contrário, digo tudo isto colocando-me no plano da compreensão intelectual, examinando o problema sob todos os seus aspectos – e mesmo, sob um ponto de vista oposto ao meu – pois assim o impõe a minha consciência e a dignidade da minha profissão de escritor; porém, digo-o com clareza e a firmeza que se põem quando defendemos uma causa justa, uma causa que domina os pequenos interesses particulares e a triste ambição de mandar.

REFERÊNCIAS

MATERIAL DE ARQUIVO

ANTT – Arquivo da PVDE/PIDE/DGS – Processo de Ferreira de Castro

Serviços Centrais, Boletim N.º 173.848.

SC, CR 1242 (pastas 1, 2 e 3), NT 2344

SC, E/GT, 3410, NT 1490.

SP, SPS 618, NT 4291.

CI (2) 4408, NT 7354

Delegação do Porto, SR 13120, NT 3661.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Vários jornais e diversas revistas de que se encontram artigos recortados no processo da PIDE de Ferreira de Castro, e especialmente:

República, 14 de Maio e 16 de Maio de 1958.

AMADO, Jorge (1960). *Gabriela Cravo e Canela*. Prefácio de Ferreira de Castro. Lisboa: Europa-América.

CARDOSO, Joaquim (1966). *Ferreira de Castro «moralista»*. Lisboa: Renascença (BNP, H.G. 32294 P).

- CARDOSO, Joaquim (1953). *Ferreira de Castro desmascarado: a verdade acerca do romance «Emigrantes»*. Lisboa: Renascença (Biblioteca Nacional de Portugal, L. 896689P).
- LEMONS, Mário Matos e (2018). *1945 – Estado Novo e Oposição. O Movimento de Unidade Democrática e o inquérito às suas listas*. Coimbra: Palimage.
- MACHADO, Adelaide Maria Muralha Vieira (2019). *A importância de se chamar Português: José Liberato Freire de Carvalho na direcção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. Carviçais: Lema d’Origem.
- NUNES, Renato (2019). *Aquilino Ribeiro. Percursos de um escritor, em tempo de ditadura*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta.
- RIBEIRO, Maria da Conceição (1995). *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*. Lisboa: Estampa.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates.
- ROSAS, Fernando (coord.) (2007). *Tribunais Políticos: Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- SILVA, Paulo Marques da (2009). *Fernando Namora entre os dedos da PIDE*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- SILVA, Paulo Marques da (2019). *Os informadores da PIDE. O caso de Inácio*. Coimbra: Palimage.
- SIZIFREDO, Cristina e Fernando ROSAS (2011). *A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas Durante o Estado Novo (1933-1974)*. Lisboa: Comissão Organizadora da Homenagem aos Docentes Demitidos das Universidades Portuguesas pelo Estado Novo / Fundação Pulido Valente / Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL / Fundação Mário Soares / Movimento Cívico Não Apaguem a Memória!.
- TORGAL, Luís Reis (2018). “*Felizmente há luar!*”, Luís de Sttau Monteiro, a Censura e a Polícia Política no Estado Novo”. *Al-‘Ulià*. Revista do Arquivo Municipal de Loulé, n.º 20: 189-208.

TORGAL, Luís Reis (1999). *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: MinervaCoimbra.

TORGAL, Luís Reis (Coord.) (2011). *O cinema sob o olhar de Salazar*. 3.^a ed. Lisboa: Temas e Debates.

Wilde, OSCAR (1895). *The Importance of Being Earnest. A Trivial Comedy for Serious People*. New York: Anthoensen Press.